

## UMA FÁBRICA NA “ROÇA”: EXPERIÊNCIA, COSTUMES, TRADIÇÕES E VALORES NO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL FABRIL EM MINAS GERAIS NO FINAL DO SÉCULO XIX

JUNIA DE SOUZA LIMA<sup>1</sup>

*[...] é tempo de fazer justiça a essas gentes obscuras  
do nosso interior, que tão abnegadamente construíram  
a nossa nacionalidade e ainda a mantêm na sua  
solidez e na sua grandeza.*

Oliveira Vianna

*Estou organizando pessoal de fábrica com muita dificuldade,  
principalmente homens que julgão (sic) dever ganhar mais  
que jornaleiro, a esta gente como sabes ganha  
actualmente (sic) aqui a 1500 livres. Já tenho dito a  
algum que rompão (sic) para a enxada a ver qual o serviço mais suave.*  
Caetano Mascarenhas, 18 de novembro de 1893.

### Introdução

Foi no ano de 1872 que Minas Gerais sentiu o sopro dos primeiros ventos do progresso, quando foi instalada na província a primeira fábrica de tecidos nos moldes capitalista de produção. Era um empreendimento pequeno com 18 teares erigido na Fazenda da Ponte do Cedro, uma propriedade rural que, até aquele momento, fora de posse do Tenente Maurício Gonçalves Simões e sua esposa, Josina Maria de Jesus, na Freguesia de nossa Senhora do Carmo do Taboleiro Grande, hoje cidade de Paraopeba.<sup>2</sup> Como tantas outras fábricas movidas a energia hidráulica, a Fábrica do Cedro necessitava de uma boa queda de água para mover seus motores e uma grande quantidade de madeira para a sua edificação, coisas que a fazenda oferecia em abundância.

E assim foi feito. Seus fundadores, filhos de uma próspera e importante família de fazendeiros residentes nas imediações, ávidos por ampliar suas atividades econômicas, decidiram em 1869 formar a sociedade que recebeu o nome de Mascarenhas & Irmãos com a finalidade de construir e administrar a fábrica. O objetivo dos irmãos era produzir “pano grosso (....) algodão lona (....) o americano (...) toalhas de diversas qualidades e preços que são muito consumidos mesmo nesta

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> É importante salientar que antes da Fábrica do Cedro, há informações sobre a existência de dois empreendimentos fabris têxteis. O primeiro deles a Cia Industrial Mineira instalada em 1838, de iniciativa de Antônio Luiz d’Avelar, e a segunda batizada como Cana do Reino fundada em torno de 1840 por obra dois ingleses, Pigot e Cumberland. No entanto nenhuma destas duas experiências foi para frente. A primeira nem chegou sair do papel e encerrou suas atividades por volta de 1840. A Cana do Reino apresentou uma produção medíocre e não conseguiu se manter na ativa, encerrando suas atividades por volta de 1874. Por isso a Fábrica do Cedro é considerada pela historiografia como o marco do início do processo de industrialização têxtil mineiro. Para mais detalhes sugerimos a leitura de LIBBY (1988).

província e linhas de diversas qualidades.”<sup>3</sup> Depois da Fábrica do Cedro, outros empreendimentos semelhantes foram estabelecidos na província, basicamente na mesma região. Tratava-se de unidades fabris fundadas por abastados fazendeiros e comerciantes locais, muitas delas, instaladas em áreas mais rurais que urbanas e próximas do reduto político e econômico dos seus proprietários.

A Freguesia de Nossa Senhora do Taboleiro Grande localizava-se na região classificada por Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Godoy (2002) como Médio Baixo Rio das Velhas, elevado à freguesia em 1840, pela Lei Provincial número 164. Um lugar formado de montanhas, cobertas por vegetação de cerrado e banhada pelas águas do Paraopeba, com “muitas matas e diversas fazendas e habitações (...), enegrecido pela fumaça das queimadas” (WELLS 1995:179).

Região de pouco desenvolvimento econômico cuja economia girava em torno da produção de milho, de algodão e da criação de gado. Predominava o uso de técnicas tracionais de cultivo e baixa mecanização da agricultura. Sua população se distribuía entre centro do povoado e a zona rural, onde se concentrava a maior parte, ganhando a vida como lavradores, jornaleiros, sapateiros, chapeleiros, carapineiros e em atividades domésticas como a lavagem de roupas e a fabricação de quitandas. Mas era a produção artesanal de tecidos e fios que dava ocupação a boa parte da população. Segundo dados censitários realizados em 1846,<sup>4</sup> das quinhentas e noventa e duas pessoas recenseadas na área urbana do povoado, cento e cinquenta e cinco estavam envolvidas com o algodão.

Os domingos, os dias santos e as festas do interior mineiro como as de Santo Antônio, as cavalhadas e folias de reis levavam toda essa gente para o centro do povoado. Era o tempo das rezas, das confraternizações, das sociabilidades, dos encontros. Nesses momentos devia ser possível ouvir um turbilhão de ruídos. Os sinos da Igreja, teimosamente tocando chamando os fiéis, o dono do circo itinerante apresentando seu espetáculo, o burburinho de uma gente heterogênea, trajando roupas coloridas, “de fazer os olhos lacrimejarem”, em conformidade com as cores berrantes das lojas e casas situadas à volta. Muitos eram desacostumados ao uso dos sapatos chegando descalços da longa

<sup>3</sup> Mascarenhas & Irmãos, 15/02/1875. PP1-33-cx 308, Arquivo Público Mineiro-APM.

<sup>4</sup> “Mappa de população dos habitantes livres residentes dentro deste arraial do Taboleiro Grande da Freguezia de Nossa Senhora do Monte do Carmo e dos arrabaldes do mesmo arraial na distancia de um quarto de legoa da ditto povoação. Segundo constam as listas apresentadas pelos inspectores do primeiro e segundo quarteirões ao primeiro suplente do sub delegado do Chefe de polícia deste discripto, o Tenente João Gualberto Correa, em ativo exercício.” Data: 3/11/1846. Responsável pelo documento: Jacinto da Silva Tavares (escrivão interino da sub delegacia) Número de pessoas recenseadas: 592. Número de fogos: 148 Dados da referência: PP1/10 – caixa nº 10 – 1831-12-10..1836-02-08 – Documento 14 – Arquivo Público Mineiro - APM.

caminhada da casa à vila e, somente aí, os calçavam. As moças prendiam um laço de fita ao vestido para se apresentarem ao povo. Em meio à multidão vislumbravam-se as hierarquias sociais:

[...] há os importantes fazendeiros, brancos e amorenados, em seus corcéis fogosos; agricultores bem vestidos, brancos e mulatos, também bem montados; matutos e sertanejos, alguns montados outros a pé; as esposas, filhas, mães e irmãs acompanhando seus parentes masculinos, seja a cavalo, ou na garupa ou a pé. (WELLS 1995:182-83)

Ainda de acordo com James Wells era uma gente ordeira, pouco afeita a brigas e divertimentos barulhentos, exemplo de um povo “ordeiro, solene e respeitável”, de “disposição pacífica” que não entravam em contendas políticas ou “escaramuças eleitorais”, como em outras províncias do Brasil. (WELLS 1995:183).

Foi nessa paisagem de sertão, em meio á fumaça das queimadas, entre pastos, plantações e rodeada de gente “pacífica”, acostumada à lida com a terra, o local escolhido para ser instalada a primeira fábrica de tecidos, na então província de Minas Gerais. Se o fenômeno da industrialização vem, muitas vezes, associado à cidade, atraindo para esses centros uma gama cada vez maior de indivíduos necessitados de trabalho, em Minas Gerais o processo parece ter se dado de modo diferente, pois foram as primeiras fábricas mineiras, instaladas em áreas mais rurais que urbanas, que deram início a um povoamento mais denso, e um desenvolvimento urbano mais significativo em seu entorno.

Diante de tal cenário emblemático, nos perguntamos em que medida a cultura rural compreendida através das experiências de seus sujeitos, da mentalidade, dos costumes, dos hábitos, do caráter e até mesmo da origem familiar, adentrou às portas das fabricas, influenciando as relações e a disciplina aí constituídas? Sem desconsiderar a lógica capitalista fabril que rege as relações em tais empreendimentos, chamamos a atenção aqui para outros fatores que influenciaram esse processo, ressignificando-o e fazendo com que adquirisse nuances singulares em virtude das especificidades sociais e culturais de cada grupo e lugar. Conforme argumenta Edward P. Thompson “muitas das disputas clássicas no início da revolução industrial diziam respeito tanto aos costumes como aos salários e condições de trabalho”. (THOMPSON, 1998, p.15).

Este artigo discute, ainda de forma preliminar, a influência dos aspectos culturais e simbólicos, próprios do meio rural na constituição das relações entre senhores e trabalhadores no cotidiano fabril no final do século XIX. Tem como objeto de estudo a Cia Cedro & Cachoeira,<sup>5</sup> cuja origem encontra-se na Fábrica do Cedro. Utilizamos como fonte documental o acervo epistolar deixado pelos industriais da Cia, sua compreensão será feita à luz das análises de Oliveira Vianna (1987) acerca do meio rural, seus valores e mentalidade e de Edward P. Thompson (1998), no que se referem à experiência, os costumes, a tradição em sociedades rurais e pré-capitalistas.<sup>6</sup>

**“O tear e a enxada”: em meio aos ventos modernizantes a força da tradição e dos costumes.**

“Entretanto, essa solidão não existe. É uma aparência apenas. Esse ermo está povoado. Dentro desse silêncio há rumor. Dentro dessa imobilidade há vida. Dentro dessa desolação há um povo.” Assim nos alerta Oliveira Vianna (1987:113) sobre a enganosa solidão que um povoado do interior pode deixar transparecer aos mais desavisados. Há vida, e se há vida, há também movimento, há relações entre indivíduos e grupos, experiências são vividas, práticas são construídas, laços são estabelecidos, a história é feita. Conforme Thompson, a *experiência* é o elemento mediador entre a estrutura e os sujeitos a ela submetidos, é a dimensão pedagógica dessa relação:

---

<sup>5</sup> A Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira tem sua origem em 1869, quando os irmãos Antônio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas se uniram por meio da Sociedade Mascarenhas & Irmãos para fundar, em 1872, a Fábrica do Cedro, considerada a primeira fábrica de tecidos instalada em Minas Gerais. Poucos anos mais tarde, outros membros da Família Mascarenhas seguem o exemplo dos irmãos e fundam em 1877, a Fábrica da Cachoeira, localizada na região de Curvelo. Em 1883 decidem pela junção destas duas fábricas em uma sociedade anônima que recebeu o nome de Cia Cedro & Cachoeira, cujas ações foram distribuídas entre familiares e parentes. Sua mão-de-obra era formada basicamente por trabalhadores do campo, jornaleiros, artesãos e outros sem qualificação para o trabalho fabril. Eram homens, mulheres e crianças que aprenderam a ser operários no cotidiano da fábrica. É importante ressaltar que mesmo iniciando suas atividades em 1872, as mulheres só se tornam uma força de trabalho significativa em relação à masculina por volta de 1884,1885, quando se tornaram a maioria dos trabalhadores. Situação que permaneceu, pelo menos até 1940. Atualmente a CCC, ou Cedro Têxtil como é denominada possui quatro fábricas: a centenária Fábrica do Cedro, localizada em Caetanópolis, uma em Sete Lagoas e duas em Pirapora, todas em Minas Gerais

<sup>6</sup> Este artigo se fundamenta em uma pesquisa de doutorado ainda em andamento no programa de Pós Graduação em História da Universidade federal de Minas Gerais.

E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização (sistema que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de O Capital, visa excluir): parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de “classe” peculiar) sua pressão sobre o conjunto. (THOMPSON 1981: p.188-189)

Que experiências podem ter sido construídas por senhores e trabalhadores em nosso povoado, antes do surgimento da Fábrica do Cedro? Que relações e laços de dependência já haviam sido construídos? Que reflexos isso teve no cotidiano fabril? De acordo com Oliveira Vianna o Brasil vai se ruralizando à medida que a colonização vai se concretizando, criando uma nobreza territorial assentada na terra e culturalmente rural pelos hábitos, pelos costumes e, principalmente, pelo espírito e pelo caráter. Desse processo surge a figura do homem do campo, cujo fazendeiro se torna o símbolo mais significativo. “Um tipo rústico, obscurecido no interior dos sertões (...), entregue aos seus pacíficos labores agrícolas e à vida estreita de nossas pequenas municipalidades coloniais” (VIANNA 1987:37).

A sua casa “solarenga” é o seu mundo e a família o centro da vida social, de tal modo que influi sobre o caráter e mentalidade dessa nobreza rural. Uma classe “fundamentalmente doméstica. Doméstica pelo temperamento e pela moralidade. Doméstica pelos hábitos e pelas tendências” (VIANNA 1987:49). A família fazendeira, continua Vianna, tem, antes de tudo, uma ação educadora. O “pater famílias” exerce a sua influência sobre os filhos, parentes, agregados:

É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivo às filhas (...).É ele quem consente no casamento do filho (...).É ele quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. É ele quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. (1987:49).

O autor ainda argumenta que o respeito aos mais velhos e a autoridade patriarcal que, muitas vezes, podia chegar próximo ao terror, o respeito pela mulher, pela sua honra ou o

zelo pelo seu bom nome, o apreço à coragem física que busca reparar um desagravo ou ofensa, são costumes que fazem parte do arcabouço pedagógico cultural sob o qual o homem do campo é formado. Costumes rústicos e austeros que educam as gerações futuras no culto da “honradez, da dignidade, da probidade, do respeito à velhice e nesse precioso zelo pela moralidade do lar, tão característico das nossas gentes rurais.” (VIANNA 1987:50).

Valores rústicos e austeros com os quais os nossos “fazendeiros industriais” foram educados e, ao que parece, levaram portas adentro de suas fábricas no trato com seus operários e operárias, além de toda uma rede de sociabilidade que se erigiu em torno de suas fábricas. Várias são as cartas deixadas com relatos que deixam transparecer a mentalidade, a moralidade, as crenças, os afetos e desafetos que compunham os valores rústicos descritos por Vianna.

Algumas das missivas tratam da relação entre os patrões e as operárias das fábricas da Cia. Em sua maioria relatam casos de namoros, casamentos e até mesmo roubo de moças. O que chama a atenção nos documentos é o envolvimento direto dos patrões na vida privada dos operários em geral, e na das mulheres em especial. Se a primeira vista pode parecer uma dominação e um controle do patrão sobre o trabalhador, um olhar mais atento nos revela uma preocupação sincera desses sujeitos com a honra e a virtude de suas trabalhadoras, algumas ainda bem jovens e moradoras em conventos.<sup>7</sup> A missiva abaixo datada de 30 de agosto de 1885 descreve uma situação envolvendo um operário e uma ex-moradora do convento em atos considerados inadequados:

Vi-me obrigado a expulsar o mestre Pitta d’esta (*sic*) fábrica, em vista de seu procedimento, metido em namoros com uma antiga rapariga do convento. Despachei a rapariga e ele acompanhando-a pôs-lhe (*sic*) casa no Curvelo onde estão talvez. Talvez te tenhas esquecido de (*sic*) indagar para Piratininga, ao pároco de lá, se Benedito (...) é casado lá. Vi-me também obrigado a desterrar a noiva para S. Sebastião, por que os namoros estavam tomando proporções irregulares, e eu receava alguma fuga. Houve muito choro etc, (*sic*) mas tudo está em seus eixos. Se não pedistes informações que também foram pedidas de cá, pelo Vigário, é bom que peças para se ver se o homem é mesmo casado. Se for solteiro, faz-se á já o casamento, e se casado, receberá cá mesmo o castigo que merece, como ente miserável e indigno de viver entre gente honesta. (Caixa nº 3 – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas - MTDMM)

<sup>7</sup> Os conventos foram moradias organizadas em algumas fábricas para acomodar as meninas, moças e mulheres adultas que se empregavam nas fábricas. Há notícias delas na Cia União Itabirana, em Itabira, na fábrica de Biribiri, em Diamantina, na fábrica de Marzagão, na região de Sabará e nas fábricas pertencentes à Cia Cedro & Cachoeira, além de outras.

Meses depois chegou a tão esperada resposta, e o desfecho não foi dos melhores para os dois pretendentes:

O tal Benedito (...) pregou-nos uma das do cabo. Depois de muito indagar, obtive com grandes dificuldades certidão e atestado de pessoas fidedignas de Piratininga, provando que é casado, o monstro que pela terceira vez quis casar-se (...). Enviuvou-se, casou-se de novo, abandonou a mulher na miséria e veio arranjar casamento aqui o animal. Foi tocado do estabelecimento como um cão danado. (Caixa nº 11 A – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas - MTDMM, grifo nosso).

Em outra, a situação narrada fora ainda mais complicada por que envolvia um técnico inglês, o Sr James, suspeito em um caso de suposto defloramento de uma de suas subordinadas. O fato ocupou o tempo e a cabeça de um dos gerentes da Cia sendo motivo de uma intensa troca de cartas, transcrevemos aqui a última delas onde narra o desfecho do acontecido, apesar de ser extensa vale a pena a sua leitura:

Com referência as minhas reservadas de 14 e 17 de fevereiro, tenho a dizer-te que as coisas relativamente ao escândalo tomaram outro e feio aspecto com subsequentes inquéritos e acareações procedidas, de cujo resultado remeto-te com esta um circunstanciado relatório. Fosse o estabelecimento de exclusiva propriedade ou tivesse eu apoio de todos os acionistas, já tinha mostrado a estrada ao inglês perverso, mas não querendo operar por mim só, consulto a Diretoria (...) e peço pelo mesmo portador instruções a respeito. O Dr. Pacífico é de opinião que o homem está completamente desmoralizado e que não deve por forma alguma continuar aqui. Tive a ideia de uma remoção dele para aí e daí para esta fábrica. Luís Augusto é de opinião que não servindo o homem para esta fábrica, para essa também não servirá, visto como a comp<sup>a</sup> (*sic*) é uma só e o homem está desmoralizado, e que será até mal exemplo. A minha opinião é está: seja o perverso dispensado, e recaindo em benefício da ofendida a quantia que ele tem depositada para garantia de seu contrato, visto como de nada aumenta a Cia. esse pecúlio. Assim ela se casará com algum outro idiota trabalhador e recuperada a sua honra perdida ou roubada. (...) Penso que perdeu todas as qualidades requeridas para mestre geral da fábrica uma vez que não só abusou da simplicidade de uma tola sua subordinada como tem praticado aqui desatinos escandalosos, o que está no domínio de todos os habitantes do estabelecimento. Exponhas, portanto os acionistas, ao Diretor Antônio Cândido e manda-me as instruções na certeza de que se mandares proceder (...) e tratar do processo, a desgraça recairia também sobre sua pobre família que ficará ao desamparo e sem chefe. Ele será condenado a não pequena pena. Embora seja a idiota maior de 18 anos, a ofensa é a mesma que a uma menor. Ele está trabalhando e nunca vi tão cuidadoso e atento ao serviço como depois de descoberto o escândalo, e essa atenção e cuidado em minha opinião ainda depõe contra ele que já estava por demais relaxado, e fez de um dia para o outro, mudança tão notável. (25/02/1889 Caixa nº 11 A – MTDMM, grifo nosso)

É importante salientar que esta preocupação, a princípio, com a honra e moral das trabalhadoras estava prevista em contrato, cuja uma das cláusulas informava ao contratado Antônio Ribeiro da Silva, “por si próprio e com o consentimento de seu pai” que:

Seu serviço compreenderá: ajudar o mestre da repartição da tecelagem, sob cuja direção trabalhará, havendo-se com todo esmero na fiscalização e limpeza das máquinas, (...) portando-se com todo o respeito e seriedade para com todos os empregados, máxime para com as senhoras, que sob sua direção trabalharem. (12/2/1887 – MTDMM)

Havia ainda o caso em que as próprias famílias pediam a permissão dos gerentes para o casamento das filhas operárias. É o caso de Guilhermina Mathias que escreve para o gerente da Fábrica do Cedro dando-lhe ciência que Sebastião de Figueiredo desejava casar com sua filha Venância, mas que não podia ainda dar resposta definitiva ao pretendente em:

[...] razão de não ter ainda comunicado a Vossa senhoria e por isso venho hoje não só pedir a sua aprovação quanto ao dito casamento como também pedir-lhe se for possível passar a minha filha Venância do tear de pano grosso para o de pano fino que será mais um favor de Vossa Senhoria respeitadora (6/ 10/ 1886. Caixa nº 15 - MTDMM).

Oliveira Vianna também nos fala de outras virtudes próprias da “nobreza rural” como a defesa da honra, a hombridade, a fidelidade à palavra dada, dentre outros. Outra contenda protagonizada pelo “perverso Sr James” demonstra o valor dado por esses senhores a tais virtudes, especialmente a honra e a hombridade. O Sr James tinha um gosto por bebidas alcoólicas e, vez por outra se excedia, causando confusão na vila operária. Em certa vez, depois de se faltar com a cachaça partiu para cima da esposa armado de uma escopeta. Vendo a confusão, um operário da fábrica, que por sinal era um de seus subordinados, interveio evitando assim que o inglês desferisse um golpe sobre a mulher. Na contenda física entre os dois, acaba por esbofetear o seu subordinado, que para reparar a sua honra, surra o chefe estrangeiro, deixando-o muito debilitado. Chegando de viagem, o gerente da fábrica toma conhecimento do fato lamentável por intermédio dos próprios operários, que se apressam em relatar o acontecido. A notícia é dada em uma longa carta reservada enviada ao



superintendente da Cia. Por agora, trouxemos o trecho no qual o nosso gerente afirma ter se solidarizado com o operário esbofetado pelo inglês, pois é um testemunho do valor dado a honra:

Fiz-lhe ver o seu procedimento infame, a falta de respeito ao estabelecimento, a constante embriaguez em que vive etc. e que a primeira vez que tais cenas se repetirem eu o dispensaria, pois que não me inspira confiança alguma com seu mau procedimento e falta de respeito a seus subalternos, a ponto de ser espancado por um deles e com toda razão (...). Não repreendi o empregado, antes louvei o seu procedimento uma vez que desagrovou o seu caráter ofendido pelo inglês bêbado e insolente. (09/06/1888 – Caixa nº 11, MTDMM)

Já em outra correspondência vemos o respeito à palavra dada ser fortemente reiterado por um dos gerentes da Cia, agora junto a outro proprietário de fábrica da região de Montes Claros. A causa para uma missiva ameaçadora foi o fato desse último descumprir um acordo de cavalheiros existente entre alguns proprietários de fábricas, que impedia a contratação de operários de uma fábrica por outra sem o consentimento dos seus proprietários:

Um senhor Antônio Narciso Soares tem escrito a alguns empregados nossos convidando-os a irem para a Fábrica de Montes Claros, oferecendo-lhes vantagens tais que não o podemos acompanhar. Esses nossos empregados que nos têm consultado e apresentado as cartas do tal Sr. Soares, não aceitam as vantagens proposta e não querem ir. Quando o meu amigo teve necessidade de um bom empregado que assumisse a direção geral do movimento inclusive de sua fábrica, dirigiu-se diretamente a nós, e para servir ao amigo empregamos os meios necessários a fazer com que para lá partisse um dos nossos bons mecânicos, o Sr. Lourenço de Carvalho Lessa, ex-chefe da tecelagem do Cedro. Seria mais cavalheiresco que o Sr. Soares se dirigisse diretamente a nós, lhe remeteremos com a máxima brevidade um bom maquinista, e garantimos que sua fábrica ficaria dotada de um excelente mestre de teares, muito superior ao que foi o falecido Augusto Prados, que era aqui um meio tecelão, ajudante dos mestres. O amigo tem aí um bom maquinista, e não ficará satisfeito se se dele necessitarmos o chamarmos, e estamos certos que se dele precisarmos estará aqui em poucos dias. Mas desejamos sempre ser cavalheiros para os colegas; se algum dia precisarmos de alguma coisa da Fábrica de Montes Claros, nos dirigimos diretamente ao seu representante e não a empregados. Queira desculpar a franqueza em que faço-lhes (*sic*) esta e queira dispor sempre de quem é em estima. (30/08/1883 -Livro Copiador de Cartas da Fábrica da Cachoeira, 1883/1884, p. 105/106 – MTDMM, grifo nosso)

Além de todas as virtudes mencionadas por Vianna, o conjunto epistolar da Cia Cedro & Cachoeira sinaliza para outros valores e práticas adotadas nas fábricas e, que faziam

parte da vida diária dos moradores de Taboleiro Grande. Destacamos o apreço ao trabalho e a desaprovação da preguiça, a subordinação à autoridade e aos mais velhos, a família e a conduta pautada na honradez, nos valores religiosos, na respeitabilidade. Conforme analisa Thompson (1998) honra, dignidade, integridade, consideração e cavalheirismo eram virtudes do campo, próprias de um fidalgo. O que as missivas deixam transparecer é a existência do que Thompson denomina de um “relógio moral interno”, com o qual os nossos “fazendeiros industriais” guiavam o seu olhar no mundo e a sua conduta, ao mesmo tempo em que buscava a sua internalização por parte dos operários. Reflexos de uma cultura que, nas análises de Thompson (1998: 18-9), assumia formas conservadoras, apelando para costumes tradicionais para reforçá-la e recorrendo a maneiras não racionais como a imposição de sanções pela força, o ridículo, a vergonha, a intimidação para a correção de comportamentos considerados desviantes. Vale dizer que isso poderia ser aplicado a qualquer um sem muita distinção, como é possível perceber com o desagravo contra o gerente de Montes Claros, interessado na contratação de trabalhadores da Cia, narrado em uma das cartas acima citadas.

No entanto, se esse “relógio moral interno” é próprio da fidalguia e da nobreza rural, como ficavam os trabalhadores diante de tudo isso? Até que ponto compartilhavam ou internalizavam o código moral que sobre eles recaía? De acordo com Oliveira Vianna (1987), a plebe rural, ao contrário da nobreza, possuía uma organização familiar difusa, propícia a arranjos de mancebia, de relações transitórias. Uma estrutura “instabilíssima” que favorecia uma dissolução da autoridade paterna, resultando em frouxidão e falhas morais.

No entanto, o que Vianna classifica como falhas morais, para Thompson é um movimento resultante de uma cultura costumeira da plebe, que não está sujeita ao domínio ideológico dos governantes. A hegemonia suprema da *gentry* pondera o autor, pode definir os limites dentro dos quais a cultura plebeia tem liberdade de atuar e crescer, mas como essa hegemonia é laica, não religiosa ou mágica, pouco pode fazer para determinar o seu caráter. Trata-se de uma cultura que é ao mesmo tempo tradicional e rebelde (THOMPSON 1998: 19). Ainda mais quando estamos falando de indivíduos livres, condição que segundo Thompson lhes proporciona certa mobilidade para se esquivar à disciplina imposta pelo trabalho.

Nesse sentido, acrescenta o autor, a subordinação passa a ser um objeto passível de negociação. O trabalhador, argumenta ele, ficou mais livre para escolher entre o senhor, o trabalho e o lazer, mesmo que isso possa parecer anacrônico, pois em sociedades onde persistiam a lavoura e a economia doméstica, bem como em áreas da indústria manufatureira, a organização do trabalho era tão variada e irregular que é ilusório traçar uma distinção nítida entre trabalho e lazer, nos alerta Thompson. Um exemplo do que estamos falando pode ser visto em uma das epígrafes deste artigo, na qual um dos gerentes da Cia se queixa da falta de trabalhadores para o serviço de fábrica, mesmo quando o pagamento parece ser atrativo. Irritado o nosso gerente então pede que “algum que rompão (*sic*) para a enxada a ver qual o serviço mais suave.”<sup>8</sup> Ao que nos parece há aqui, na perspectiva de nosso gerente, uma insubordinação inconveniente. Além da dificuldade em arregimentar trabalhadores, outras situações vividas na Cia são igualmente exemplos da tensão existente na relação entre senhores e subordinados. Uma delas refere-se a uma festa tradicional na cidade de Curvelo, muito esperada pelos operários e o gerente não sabe muito bem como proceder. O seu dilema foi exposto na seguinte missiva:

No dia 17 de maio p. f. [próximo futuro] começa-se no Curvelo as maçantes festas de ruas, cavalhadas, touradas, teatros, etc.etc.(*sic*) e o povo aqui só fala em ir a festa. Não sei se pararei a fábrica durante os dois dias de festas, ou se darei carta branca aos que quiserem ir. Para proibir é impossível. A maioria irá sempre. Responda-me como ei de arranjar isso. Se paro a fábrica, ou se vá quem quiser, de modo que esteja na 4ª feira cedo no serviço, pois a festa é domingo, 2ª e 3ª feira.(22/04/1885 – Caixa nº 4 – MTDMM).

Sem obter resposta, dias mais tarde resolve escrever novamente ao irmão – superintendente da Cia, pedindo nova orientação: “Aproxima-te a tal festa e a maioria dos operários estão influentes a irem vê-la. Ou deixá-los com carta branca, ou não consentir e nesse caso, muitas retiradas haverá, porque não deixarão de ir à festa.”<sup>9</sup> Ao que tudo indica os operários foram à festa e a fábrica parou as suas atividades, mesmo porque nesse “cabo de guerra” os operários parecem que saíram vencedores, já que o gerente reconhece que, com ou sem a sua permissão, eles iriam ao esperado “arrasta pé”. Outra situação envolvendo a troca de gerentes de uma das fábricas da Cia gera uma situação delicada para o novo administrador. Mesmo que a troca

<sup>8</sup> 18/03/1893 - Caixa nº 5 – MTDMM

<sup>9</sup> 30/04/1885 – Caixa nº 4 - MTDMM

do comando das fábricas fosse algo menos corriqueiro, o que nos chama atenção na mensagem é a maneira pela qual o novo gerente acredita que deva ser a sua atitude diante do comportamento dos operários em virtude da mudança:

Essa fábrica precisa de empregados de confiança do gerente, pois a administração passada deixou muito vício que preciso remover, cujas remoções não podem ser violentas, devendo antes serem feitas com prudência, e o maquinista atual me tem sido bom auxiliar nestes casos, portanto, não posso dispensá-lo. (26/10/1899 – Caixa nº3 – MTDMM)

Mais uma vez é Thompson que nos ajuda a entender a prudência mencionada na carta acima. Há aqui os indícios de práticas paternalistas materializadas na delicadeza das atitudes, certa adulação, uma inibição do uso da força contra indisciplina e os distúrbios, uma cautela da parte dos ricos em tomar medidas que indisporiam demais os pobres. (THOMPSON 1998:56). E acrescentamos certo receio diante da capacidade de possíveis reações dos trabalhadores. Talvez aí estivesse o limite dessa relação.

Oliveira Vianna (1987:119-20) chama a atenção para um fato que consideramos pertinente em nossa análise. Segundo ele os vínculos entre a classe dos trabalhadores livres dos campos e a aristocracia senhorial são fluidos, não têm permanência, nem estabilidade e o trabalhador rural pode “perfeitamente viver sem o amparo patronal”. O que existe conforme argumenta, é um consentimento do “operário rural” em trabalhar na terra do patrão. Coisa que talvez o gerente da carta acima tivesse conhecimento, dado o seu receio em promover as mudanças que considerava necessárias, mas sem se indispor demasiado com os operários, evitando com isso reações imprevisíveis dos mesmos. É relevante sobrepôr que durante algum tempo, os trabalhadores da Cia Cedro & cachoeira se dividiram entre a fábrica e a enxada, a inconstância no trabalho era tamanha que se constituiu um problema para a Cia. A quantidade de cartas cujo assunto era a contratação de operários para as fábricas foi significativa, pelos menos até os anos de 1900. As dificuldades advindas dessa inconstância iam desde a parada de alguma máquina, por falta de gente para operá-la, até a impassibilidade de uma formação técnica da mão-de-obra, já que não parava no emprego tempo suficiente para uma formação mais aprimorada na produção têxtil. Uma das saídas encontradas foi a contratação de trabalhadores migrantes arregimentados em povoados e vilas mais distantes

como das regiões do Serro, Diamantina e Sabará. Na perspectiva dos proprietários “os operários de fora, mesmo por essa circunstância, oferecem constância e estabilidade no serviço, acontecendo o contrário aos do lugar, que encontram sempre motivos para se abstraírem de suas obrigações”.<sup>10</sup> Especialmente mulheres para residirem nos conventos das fábricas.

Apesar de Vianna ter certa razão quanto à fragilidade dos laços entre o operariado rural e seu patronato, isso não é totalmente aplicável no caso da Cia Cedro e Cachoeira. Em uma análise mais detalhada em seu acervo epistolar fica visível a intrincada rede de sociabilidade que se erigiu ao seu redor. As fábricas se tornaram um centro de solidariedades, de relações, de trocas de favores e de pedidos dos mais diversos. Foram se tornando algo do qual a população e os operários passaram a depender, seja diretamente por meio do trabalho ou indiretamente por meio de um favor, uma proteção, uma caridade. Um centro orgânico para qual convergia boa parte da vida dos trabalhadores e dos habitantes locais. Assim, nem só de tensões vivia o seu cotidiano, havia também reciprocidades, momentos de deferência e lealdade, que os operários souberam usar em seu favor. De acordo com Edward Thompson (1998) uma consciência de que havia vantagens palpáveis em solicitar o auxílio dos ricos, mesmo que estivesse em jogo os interesses próprios, uma dissimulação ou apenas um temor respeitoso pela autoridade, fazendo de um o prisioneiro do outro. Como bem resume Thompson, o paternalismo gera reponsabilidade e um efetivo teatro de gestos.

Ouvindo que V.S. está de volta de sua viagem, julgo de meu recíproco dever, não obstante a minha reconhecida pequenez e obscuridade na sociedade, dirigir-vos estas poucas linhas na iniciativa de transmitir-vos, bem como a toda a sua vossa distintíssima e excelentíssima família minhas humildes felicitações em união com um humilde, dedicado e reverente cumprimento. Eis-me, pois aqui debaixo da proteção de V. S e de todos os outros distintos membros da honrada Comp<sup>a</sup> (sic) Cedro e Cachoeira (...) enfim respeitadíssimo senhor, não desejo estorva-lo(...) contando sempre com sua benevolência e amizade (...) mesmo no caso de não poder desempenhar o cargo não moveria d'aqui um só passo sem prestar minhas obediências a meus Distintos protetores – V.S e o meu Distinto Ilm<sup>o</sup> Sr Theophilo Marques. (27/10/1886 - carta de Nerêo Cecílio dos Santos para Bernardo Mascarenhas. Caixa nº 2-MTDMM)

---

<sup>10</sup> Livro Copiador de Cartas Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-420 – MTDMM

### Considerações Finais

Todo o nosso esforço foi o de refletir sobre as relações de trabalho nas primeiras fábricas têxteis em Minas Gerais, chamando a atenção para os aspectos culturais e simbólicos, que a nosso ver estiveram aí presentes, influenciando a disciplina, a ordenação e as sociabilidades entre senhores e trabalhadores. Se estas relações continham seus momentos de tensões, exibiam também outros de cumplicidade, de acordos, de consentimentos, como atestam as centenas de cartas, poucas delas mencionadas aqui. Mesmo que tais momentos não estivessem tão explícitos como desejaríamos. Consideramos que Thompson (1998) resume magistralmente essa relação, estão ambos – senhores e trabalhadores - presos em um campo de força comum, são prisioneiros um do outro, necessitam um do outro.

Ao final gostaríamos de deixar registrado que o pano de fundo da discussão que buscamos realizar com este artigo é a importância que damos à cultura, aos seus rituais, aos seus simbolismos, os seus valores e crenças para compreendermos as práticas sociais de grupos e indivíduos em relação. Sendo assim, defendemos a premissa de que o entendimento do cotidiano e das relações entre senhores e trabalhadores nas nascentes fábricas têxteis mineiras, do final do século XIX, implica conhecermos também o “universo” social e cultural no qual estavam inseridas.

### Bibliografia

PAIVA, Clotilde e GODOY, Marcelo M. Território de contrastes economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: PAULA, João Antônio de, & et alli *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira* Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2002 [Atas do Seminário sobre a Economia de Minas Gerais]. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2002/D17.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2002/D17.pdf)>. Acesso em: 12/02/2012.

SENN, Nelson. Anuário de Minas Gerais, 1913, p.595.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987; Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 1987. (Col. Reconquista do Brasil, 2ª série; v. 107-108)

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.